

PROCESSO N° : 2014/3449/00065 Volume I ao IV
UNIDADE GESTORA : Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2013
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

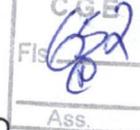
RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 35 /2014

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2013**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. 179, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de 12,93%, que justifica-se pela existência de saldo de caixa do exercício anterior, no valor de R\$ 10.580.699,37, e restos a pagar inscritos no valor de R\$ 367.130,69.



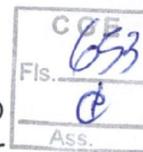
3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **77,13%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	55.383.670,00	45.682.984,77	82,48
Despesa de Capital	4.298.244,00	353.087,99	8,21
TOTAL	59.681.914,00	46.036.072,76	77,13

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
0100 – Recursos Ordinários	35.081.914,00	34.846.184,75	99,33
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	100.000,00	70.000,00	70,00
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	12.000.000,00	6.529.914,36	54,41
229 - Operações Financeiras não Reembolsáveis - Exterior	6.000.000,00	172.389,46	2,87
240 - Recursos Próprios	6.500.000,00	4.417.584,19	67,96
TOTAL	59.681.914,00	46.036.072,76	77,13

3.3 As alterações no orçamento do órgão/entidade demonstram que houve aumento de 2,98% das dotações iniciais, que se justificam pela necessidade de cumprir despesas com pessoal, que no decorrer do exercício sofreu reajustes proporcionados pelos PCCS, contratos temporários, data base e acordos sindicais, conforme evidenciado no relatório de gestão fls. 65 e 66.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 2.773.111,20, somada à receita extra orçamentária no valor de R\$ 55.313.050,64, às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 37.306.540,63 e ao saldo financeiro remanescente, no valor de R\$ 10.580.699,37, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 46.036.072,76, extra orçamentárias no valor de R\$



56.060.264,93, restando saldo de R\$ 3.877.064,15 para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 180 e 181.

3.5 O Balanço Patrimonial, às fls. 184, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

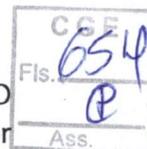
3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em 772,28%, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.5.2 O Ativo Permanente, composto pelos bens móveis, imóveis, depreciação acumulada, almoxarifado e participação no capital de empresas é maior que o Passivo Permanente (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS e obrigações a pagar – almoxarifado e folha de pagamento, em 338,42%.

3.5.3 O Ativo Real Líquido teve redução 39,56% em relação ao exercício anterior, devido à redução do ativo financeiro e aumento do passivo permanente.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de R\$ 9.925.294,90 sendo que R\$ 5.820.556,29 são de bens móveis, R\$ 3.156.712,84 são de bens imóveis, R\$ 180.909,91 são bens em processo de localização, R\$ 969.000,00 de bens imóveis a cadastrar e depreciação acumulada de R\$ 201.884,14. Houve no exercício valores de incorporações de bens móveis no valor de R\$ 669.512,19, sendo R\$ 353.087,99 por aquisição, R\$ 1.440,00 por valorização, R\$ 314.984,20 independente de execução orçamentária e baixa no valor de R\$ 84.600,00 por alienação e R\$ 321.888,99 por desvalorização, havendo divergência devido a não integração entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, devidamente justificada às fls. 289 a 290, e 585 e 586.

3.5.4.1 Os bens patrimoniais de terceiros estão registrados pela contabilidade no valor de R\$ 5.011.226,60, deste valor R\$ 7.900,00 são bens imóveis, R\$ 4.912.882,85 de bens móveis e R\$ 90.443,75 são bens móveis em processo de localização. Observando-se divergências em razão da não integração dos Sistemas SISPAT e SIAFEM, devidamente justificadas às fls. 585 a 586 e 611 e 612.



3.5.5 A conta contábil “Almoxarifado” apresenta saldo no valor de R\$ 722.315,27, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 291 a 310.

3.6 A conta “Disponível” registra saldo no valor total de R\$ 3.801.994,39, que confere com o balancete, extratos e está conciliada com a bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco movimento R\$ 2.563.114,93:

1 - R\$ 15.741,56 na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - R\$ 2.547.373,37 nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira – poupança R\$ 1.238.879,46;

3.7 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de R\$ 2.716.994,34, correspondentes outros credores, restos a pagar, ordens de pagamento e/ou cheques em trânsito e obrigações a pagar – almoxarifado/folha de pagamento, em acordo com o Demonstrativo da Dívida Flutuante anexo 17, fl. 186.

3.8 O Demonstrativo do Ativo Realizável, fls. 194 evidencia a inexistência de saldo.

3.9 O saldo inicial da conta “exigível a longo prazo”, registra dívida fundada no valor de R\$ 351.673,68, referente ao parcelamento com o INSS. No exercício de 2013 foi efetuado pagamento no valor de R\$ 192.435,74 permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de R\$ 159.237,94.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos, foram inicialmente acompanhados pelos agentes do Núcleo Setorial de Controle Interno - NUSCIN, durante o período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro do exercício em análise, haja vista que com a publicação da Medida Provisória nº 4/2013, convertida na Lei nº 2.735/2013, os mesmos foram extintos, passando esse acompanhamento a ser efetuado somente pela Controladoria Geral, por meio da utilização das técnicas de controle interno.



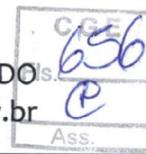
4.1 Com a aplicação das técnicas de fiscalização e inspeção de processos administrativos foram possíveis identificar falhas e sugerir melhorias, conforme evidenciado nos Relatórios de Inspeções N°002 e 007/13.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado realizou Auditoria de Regularidade no Instituto de desenvolvimento Rural do Tocantins no exercício em análise, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, não tendo ainda encaminhado o respectivo relatório a unidade gestora, conforme informado pela entidade.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão às fls. 60 a 156, exigido pela já citada IN n° 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.678/2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão/entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos Aquicultura e Pesca, Agricultura Familiar, Meio ambiente e Infraestrutura Pública, sendo que os dois últimos têm seus objetivos sob a responsabilidade de outros órgãos, executando este instituto apenas 2 (duas) ações do Programa Meio Ambiente e 1 (uma) ação do Programa Infraestrutura Pública, e, ainda, com suporte nas ações do Programa Gestão e Manutenção do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins.



6.1.1.1 Para os objetivos, foram estabelecidas metas de objetivos qualitativas e/ou quantitativas e considerando às análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 80 a 111 referentes às metas regionalizadas, constatamos que nas metas do objetivo nº 93, fl. 82 a 91, houve um razoável grau de eficiência alcançados, já nas metas regionalizadas do objetivo nº 94 fls. 91 a 111, demonstrou um razoável grau de eficiência alcançado e nas metas regionalizadas do objetivo nº 110, fls. 80 e 81, evidenciou um alto grau de eficiência alcançado e nas metas regionalizadas do objetivo nº 181, fls. 81 e 82, não apresentou execução. Quanto ao desempenho das metas dos objetivos não regionalizados, foi insignificante, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, à fl. 112.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 05 (cinco) indicadores, dos quais 04 (quatro) apresentaram um nível satisfatório para o órgão, embora 01 (um) não tenha sido apurado, além de constar inconsistências/divergências nas análises em relação aos índices apurados, às fls. 77 a 79.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar 11 (onze) serviços à sociedade, de um total de 17 (dezessete), demonstrando um bom grau de eficiência alcançado pela entidade, conforme análise das fls. 113 a 122.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 23 (vinte e três) ações orçamentárias fls. 123 a 156, sendo 15 (quinze) de natureza atividade e 08 (oito) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um razoável grau de eficiência, apesar da não realização física de 08 (oito) e financeira de 03 (três) delas, respectivamente.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de 05 (cinco) ações de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, 81,54% foram executados por meio do Programa de Gestão e Manutenção.





6.1.4 Não Houve recebimento de recursos federais no exercício de 2013, conforme demonstrado no Anexo 10, à fl. 166 e houve transferência de recursos à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, no valor de R\$ 2.052.000,00 e à municípios no montante de R\$ 199.650,00, conforme demonstrado no Anexo 2, à fl. 165.

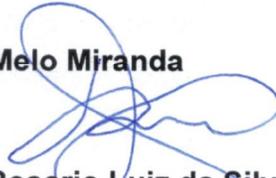
7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 642 a 650, um quantitativo de 614 servidores ativos, sendo que 133 servidores foram admitidos no exercício de 2013 por meio de concurso e 18 por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, inclusive o atendimento e correções das inconformidades apontadas na Solicitação de Ação Corretiva nº 17/2014 – fls. 603 a 607 concluímos pela REGULARIDADE das contas apresentadas pelos responsáveis **Miyuki Hyashida, Jonas Aires da Silva, Ézio Tranqueira Silva, Jesus Luiz Assunção Júnior, Rafaela Madeira de Mello** e outros relacionados neste processo fl. 05 a 09.

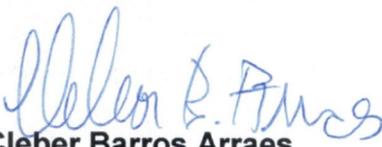
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2014.


Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Supervisora


Sinta Magalhães Pires
Analista de Controle Interno


Rosario Luiz da Silva
Coord. Da 5ª Coordenação de Controle Interno

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe.


Cleber Barros Arraes
Diretor do Controle Interno